

Reunião Ordinária de 18 de abril de 2016

Elaborada para cumprimento do disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 57.º da Lei
75/2013 de 12 de Setembro

Ata n.º. 58

-----Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Lousada, edifício dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Lousada, sob a Presidência do sr. Presidente da Câmara **Dr. Pedro Daniel Machado Gomes, Dr. Leonel Domingos Reis Vieira da Silva, Dr. Manuel António da Mota Nunes, Dr.ª. Cristina Maria Mendes da Silva Moreira, Dr.ª. Maria Cândida Peixoto Gonçalves de Amorim Novais, Dr. António Augusto dos Reis Silva, Dr. Agostinho Gaspar de Oliveira Ribeiro** com a presença da Diretora do Departamento de Administração e Finanças **Dr.ª. Isabel Maria Alves Coelho**, que a secretariou. -----

-----Eram quinze horas e dez quando o sr. Presidente deu como aberta a reunião.

II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador Dr. Leonel Vieira colocou as seguintes questões:-----

"Tenho aqui várias questões, a primeira começa logo pela ata da reunião que não estive aqui presente, no dia 21 de março do corrente ano, em que fui substituído pelo Dr. Carlos Nunes. O Dr. Carlos Nunes fez referência a um requerimento apresentado pelo Sr. Antero Moura Ribeiro, de 05 de fevereiro de 2016, a propósito do processo 24/Q/2014. O Sr. Presidente disse na reunião que: de certeza que o assunto está resolvido, na realidade quero dizer ao Sr. Presidente que até hoje o Sr. Antero Moura Ribeiro ainda não recebeu qualquer resposta ao ofício que apresentou no dia 05 de fevereiro deste ano. Segunda questão que queria aqui trazer à reunião, que é a conclusão da instalação da rede de saneamento na Associação Cultural e Recreativa de Boim. A pedido da direção da União cultural e recreativa de Boim a Câmara

Municipal iniciou em novembro do último ano as obras para a instalação da conduta para a rede de saneamento, obras que entretanto estão paradas há mais de 4 meses, causando graves transtornos aos muitos utentes que frequentam aquela instituição. Está naturalmente em causa a segurança das pessoas e também por uma questão de saúde pública que urge resolver. A questão que coloco é para quando a conclusão das obras?-----

Terceira questão, a mesma Associação a União Cultural e Recreativa de Boim nas suas instalações dispõe de um parque infantil que está bastante degradado para não dizer mesmo muito degradado, que precisa de um piso em borracha e também precisa que sejam beneficiados os equipamentos ali colocados. As obras necessárias custam aproximadamente, segundo me foi reportado 2.500 €. Faço aqui uma boa proposta, em forma de sugestão, de recomendação para que este executivo atribua um subsídio à União Cultural e Recreativa de Boim para reabilitação e modernização do parque infantil ou, em alternativa, forneça o material necessário para as obras de remodelação e beneficiação.-----

Quarto assunto, há muitos anos que a população de Meinedo e a junta de Freguesia reclamam pelo alargamento da Rua da Sanguinha, próximo do apeadeiro de Meinedo. As obras a executar custam mais de 25.000 € e a Junta de Freguesia já conseguiu, como é do conhecimento do Sr. Presidente, o acordo com os proprietários para que o alargamento da rua seja possível, acordo esse que demorou muitos anos a ser conseguido, agora que está obtido esse acordo é mesmo muito importante a realização dessa obra. A Junta de Freguesia, por si só, não dispõe de condições financeiras para avançar com as obras. Propomos, também em forma de recomendação, que a Câmara Municipal forneça o material necessário para a obra e que disponibilize as máquinas necessárias para proceder ao desaterro e à construção do muro. Sabemos que a Junta de freguesia está disponível para custear a mão-de-obra.”-----

A Sr^a. Vereadora Dr^a Cândida Novais colocou a seguinte questão:-----

Sr. Presidente, queria saber o ponto de situação do Projeto Educativo Municipal, e se está contemplado neste Projeto Educativo Municipal a garantia de que irão abrir turmas de artes, para todos os alunos dos Agrupamentos de Escolas do Concelho, no sentido de lhes ser permitido ter acesso e/ou mobilidade de escola, para que os Projetos de Vida dos alunos não sejam determinados só pela oferta convencional das escolas.

O Sr. Vereador Dr. Leonel Vieira pediu para intervir:-----

“Já que estamos a falar de educação, em que ponto é que está, se vão avançar ou não as obras de modernização, de requalificação da C+S de Cristelos. Qual é o ponto da situação?”-----

As questões suscitadas o Sr. Presidente esclareceu o seguinte:-----

“Relativamente à questão do Sr. Antero Moura Ribeiro o que eu disse na reunião anterior foi que o Sr. Antero sabia qual era a resposta porque eu estive no local e dei-lhe a resposta. Obviamente que a resposta também tem de ser

dada formalmente, através de ofício. Estava convencido disso, mas vou confirmar.-----

Relativamente à questão do saneamento da União Recreativa e Cultural de Boim nós mostramos disponibilidade para colaborar, desde a primeira hora, quando a direção falou connosco. Tinham um problema adicional, porque para fazer a ligação para a rua principal que serve a União Recreativa e Cultural de Boim teriam que bombear o saneamento. Equacionou-se então a possibilidade de ligarem o saneamento para as traseiras do edifício da sua sede, mais propriamente para a rua construída no loteamento contíguo. Para isso era necessário fazer uma obra de maior dimensão que, apesar de já não ser da nossa responsabilidade, e a exemplo do que aconteceu com outras coletividades, estaríamos disponíveis para ajudar fornecendo os materiais necessários e, na altura sugeri que contactassem a junta de freguesia para ver se poderiam disponibilizar uma ajuda ao nível de mão-de-obra. Falei com o Sr. Presidente da Junta que me deu nota, num primeiro momento, que ninguém tinha falado com ele. Depois a direção voltou a falar comigo e eu sugeri-lhes que falassem com a Junta. Parece-me que é uma situação fácil de resolver e não estou a perceber qual é a dificuldade. Aliás, até pensei que esse assunto já estivesse resolvido. Da nossa parte, o compromisso que assumimos está cumprido, ou seja, fizemos um novo ramal para o arruamento do loteamento e disponibilizamos o material necessário para fazer o prolongamento desse ramal até ao edifício. Relativamente à mão-de-obra, o que eu lhes disse é que essas situações passam normalmente pelas Juntas de Freguesias e que teríamos que manter o mesmo critério. Da conversa que tive com o Sr. Presidente da Junta, percebi que estava inteiramente disponível para colaborar com a associação. Por isso não estou a perceber porque é que o problema não foi resolvido, bastando para esse efeito que a direção se articule com a Junta de Freguesia.-----

Relativamente ao parque infantil, o que é normal é que a Associação nos faça chegar essa pretensão e, se possível, um orçamento. Na altura falaram comigo sobre uma pretensão completamente diferente. Tinham a pretensão de fazer um campo de futebol de 5 e fizeram um primeiro contacto no sentido da Câmara também colaborar com o material porque era necessário aprumar o talude e fazer um muro de suporte. Mais tarde voltaram a estar comigo e disseram que isso não era viável porque não tinham área suficiente para esse efeito e que iam suspender essa pretensão e em alternativa iriam apostar na melhoria do recinto de jogo do futebol de 11 porque aparentemente teria problemas de drenagem num ponto ou noutro e eu mostrei também abertura para colaborar conforme temos feito com as outras associações.”-----

O Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes fez o seguinte reparo:-----

“A legislação relativamente aos parques infantis mudou recentemente e, agora, é muito mais apertado no que diz respeito quer à validação, à aprovação, fiscalização e implementação. Portanto qualquer alteração

poderá não passar simplesmente por recuperar os brinquedos, poderá ser uma coisa mais complexa, exatamente por força dessas alterações que aconteceram.”-----

O Sr. Presidente referiu ainda:-----

“Para além de ter um equipamento em condições é necessário respeitar uma série de normas, é necessário ter certificações periódicas e seguros de responsabilidade civil. -----

Relativamente à Sanguinha o Sr. Presidente da Junta falou comigo e com o Sr. Vereador. A exemplo do que tem acontecido noutras freguesias, estaremos obviamente disponíveis para colaborar. Não sei se esta pretensão já nos tinha sido reportada em devido tempo, ou não, porque às vezes somos confrontados com pretensões que a curto prazo podem não ser fáceis de resolver. É sempre preferível, quando as Juntas de Freguesias têm pretensões que envolvam um encargo financeiro substancial, que nos deem nota disso atempadamente, para que nos seja possível programar.-----

Relativamente a esta pretensão em concreto, há ali um problema que eu transmiti ao Sr. Presidente da Junta que tem que ver com o facto de uma parte da zona do alargamento estar condicionada pelo PDM. É uma zona de proteção arqueológica. O que eu lhe disse é que estando a Câmara envolvida na obra e no projeto temos que cumprir com as exigências legais e que disponibilizávamos, desde logo, o nosso gabinete de arqueologia para assegurar os procedimentos legais necessários. Julgo que isso já foi feito e teremos agora que aguardar pela resposta da Direção Regional de Cultura. Logo que haja uma resposta comunicamos à Junta de Freguesia. -----

Relativamente ao ponto de situação da EB 2/3 Cristelos, nós não temos mais dados a acrescentar relativamente àquilo que já dissemos nas reuniões anteriores. Já disse aqui que eu e o Sr. Vereador tivemos numa reunião no Porto, há uns meses atrás, com o Diretor Regional e chegamos à conclusão que ele próprio não sabia como é que ia ser. O que eu sei é que o valor que está no mapeamento é manifestamente insuficiente para fazer face às obras que são necessárias. É um problema que está devidamente identificado na CIM e que afeta outros Municípios que têm obras referenciadas no mapeamento com valores manifestamente insuficientes. Há uma expectativa de haver um reforço de verbas para se poder concretizar essas intervenções e estamos a diligenciar no sentido de perceber como é que essa situação poderá evoluir, ou seja, se eventualmente a CCDR terá condições para aumentar os valores disponíveis, sob pena de não termos condições para acudir ao problema. Já solicitei uma audiência ao Senhor Secretário de Estado da Educação para lhe expor alguns problemas, nomeadamente, aqueles que estão em tribunal e aproveitar também para falar neste problema da EB 2.3 para ver se conseguimos uma solução.”-----

Relativamente ao projeto educativo municipal o Sr. Vereador Dr. António Augusto referiu o seguinte:-----

"Neste momento fizemos já quatro reuniões e o ponto de situação é o seguinte já está feito uma caracterização estatística física daquilo que é a realidade educativa do concelho, foram feitos também 475 inquéritos a foram correspondidos 475 inquéritos a um universo dos professores e dos alunos no sentido de procurar fazer uma análise e tentar identificar os pontos fracos, os pontos fortes, as ameaças e as necessidades de melhoria. Além disso, nesse inquérito algumas das resposta eram de natureza fechada e outras de natureza aberta, pedia-se também para as pessoas darem sugestões, isto para alunos e professores. Em relação a outros grupos achamos que deveriam ser ouvidos de uma forma diferente, de uma forma mais aberta e não num questionário tão fechado e esses vamos fazer aquilo que se chama focos de grupo, uma pequena reunião como moderadores, com um conjunto de questões mais ou menos preparadas. Os focos de grupos um deles é ligado às instituições de serviço público, os convites vão ser enviados para que possam reunir dia 04-05-2016.-----

As instituições que foram selecionadas são a GNR, os Bombeiros, a CPCJ, a Santa Casa da Misericórdia de Lousada e o Centro de Saúde, será o foco de grupos ligados ligados as instituições de serviços públicos, será na biblioteca as 14:30 de dia 04-05. Nesse dia ao fim da tarde vamos ouvir as Associações, os moderadores são sempre elementos desta comissão, funcionários da Câmara, a Carla Magalhães e a Vera Cunha e são pessoas que estão ligadas ao grupo que está a elaborar este documento, neste caso concreto vai ser a Prof. Ernestina Sousa e o Prof. Filipe Silva.-----

O outro foco de grupo é com as Associações Recreativas, Culturais e Desportivas será às 18h30 desse dia na biblioteca e foram selecionados, em função do número de atletas, a Associação de Hóquei de Lousada, a Associação de Cultura Musical, Juventude Hóquei Clube, ADL Lousada - futebol e outras modalidades, Lousada transatlântico, Associação Recreativa e Desportiva de Macieira, Lousada Académico Clube, Escuteiros de Lustosa e Centro Cultural e Desportivo da Ordem.-----

Outros focus group tem a ver com as IPSS foram selecionados a ACIP, ADASM, Associação Coração Solidário de São Miguel, Associação de Nespereira, Lustosa, Complexo Social de Lousada, em Macieira e Associação ao Encontro das Raízes. Os partidos políticos também vão ser convidados será dia 05-05-2016 às 18:30 no Auditório Municipal, vamos pedir que sejam indicados 3 ou 4 elementos por partido nesse caso pela Coligação também pode ser pelo PPD-PSD e pelo CDS, o que interessa é a maior diversidade possível desde que os grupos não sejam de tal forma grandes que inviabilize a discussão.-----

Num outro dia serão ouvidos a Associação de estudantes e provavelmente é mais complicado marcar uma data, o grupo vai depois de escola a escola reunir com as Associações de estudantes, neste caso o grupo são os quatro diretores que vão falar com as Associações de estudantes.-----

Em relação às Artes desde que haja alunos é mais que central."-----

A Sr^a. Vereadora Dr^a. Cândida Novais fez a seguinte observação:-----

"Eu coloco a questão ao contrário.-----
Percebo que estes momentos e estes focos grupos são muito importantes, mas já deviam ter ocorrido, pois caem em cima dos exames e das matrículas. A questão que eu colocava aqui é onde entram nos focos grupo as Associações de Pais e de alunos? É que sensibilizar os alunos para as artes é mais fácil, porque os Diretores de Turma e professores auxiliam nas expectativas dos alunos. Agora, sensibilizar os Pais dos alunos Lustosa/Nogueira, Caíde e Nevogilde para as artes é mais difícil, pois não há histórico nestes Agrupamentos da leccionação destas áreas. E, é importante não quartarmos a possibilidade de termos turmas de artes no 10º. Ano e que as turmas de artes não sejam só para os alunos da "Vila", e que seja garantido que estes alunos, potenciais arquitetos, designers que tem um nicho de mercado a nível do têxtil, calçado, das madeiras, ourivesaria; robótica, CAD-CAM, metalomecânica fiquem quartados à partida por uma questão muito simples que é a questão da mobilidade de escola, do transporte, para as quais os pais devem ser informados e esclarecidos. Como tal, considero muito importante estarem representados por todas as associações e/ou comissões de pais e alunos, na promoção de uma área com empregabilidade."-----

O Sr. Vereador dr. António Augusto esclareceu:-----

"No focus group não está prevista a representação das Associação de Pais. Já que estas estão representados por dois elementos vindos das Associações de Pais de Caíde e outro de Lousada. Além disso os Pais foram ouvidos por inquérito inquérito. Em relação às Artes as escolas, nomeadamente a Escola Secundária faz algumas campanhas junto das outras escolas no sentido de divulgar a oferta, à partida qualquer aluno de uma outra escola tem transporte para chegar à escola Secundária às 8he30. Possivelmente será preciso, por parte da escola fazer uma campanha mais forte e nós estamos disponíveis para colaborar. Nem todos os anos tem sido possível abrir turma de artes, na minha opinião é um prejuízo para a escola, para o concelho e para os alunos, porque podiam encontrar nessa área uma carreira futura de sucesso. É mais fácil fazer turmas de ciências e tecnologia do que turmas de artes, na realidade cerca de 50% dos alunos acaba por seguir ciências e tecnologias quando se percebe que muitos deles até têm alguma dificuldade em acabar o curso. Fogem, por exemplo, das ciências socioeconómicas que é um curso interessante, com empregabilidade e onde os alunos acabam com médias razoáveis, mas é um trabalho que se tem que fazer juntamente com a escola de divulgação da oferta junto dos alunos do 9º. Ano. Em relação aos alunos do 9º. Ano o que temos feito em termos de orientação profissional e vocacional além dos testes e das reuniões habituais que se fazem na escola no sentido de conhecerem a oferta que têm no concelho e não só, no sentido de afinarem aquilo que é a sua vocação, levamos os alunos a semana passada à «Qualifica», feira de profissões na Exponor e temos o «Aprendiz por um dia», integrado no programa DICAS, tivemos cerca de 500 alunos distribuídos por dez concelhos, foram experimentadas cerca de 70 profissões e estiveram envolvidos cerca de 100 profissionais de diferentes

empresas, é um contributo importante para que os alunos façam a escolha mais acertada.”-----

A Sr. Vereadora Dr. Cândida Novais finalizou:-----

“Continuo a achar Sr. Presidente, que os pais devem estar representados, é muito limitativo dois pais representarem um universo tão vasto, como é o universo dos pais de todo o concelho, e como é natural não conhecem nem conseguem fazer chegar atempadamente a informação aos pais que representam no Conselho Municipal de Educação e, como é óbvio, não conhecem a realidade educativa e todos os currículos necessários para o acesso e a integração em cursos médios(TESS E CERS) com enorme empregabilidade e cursos superiores, como as engenharias e turismo, onde a disciplina de Geometria Descritiva e História e Cultura das Artes, ou Francês, Inglês e Alemão, respetivamente lhes permitirão ter um acesso com muito mais qualidade e flexibilidade para um maior número de cursos, nomeadamente em áreas para os quais estão mais motivados e onde há empregabilidade.”-----

E, quanto à quota de 50% dos Profissionais? Quais os que estão garantidos? Serão os que vão garantir maior empregabilidade para as empresas do concelho e arredores?”-----

O sr. Vereador Dr. António Augusto respondeu:-----

“Nós tentamos 9 cursos profissionais propostos, o Externato tem Cozinha/Pastelaria, Restaurante/Bar e Operações Turísticas, Nevogilde tem Vitrinismo, Nogueira, Técnico de Apoio à Gestão Desportiva, Lousada tem Comércio, Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, Multimédia e Cozinha e Pastelaria. Estamos a pedir mais 3 cursos do que aquilo que temos no atual 10º ano, porque embora se defenda, e os documentos apelem, a que 50% dos alunos sejam incluídos em cursos profissionais a DGEST limita a abertura dos mesmos ao número de turmas do ano anterior. Neste momento temos entre 25% a 30% dos alunos do ensino secundário em cursos profissionais e, se se mantiver esta regra, não vamos avançar muito mais por falta de oferta.”-----

1.ORGÃOS AUTÁRQUICOS

1.1. VOTOS DE LOUVOR

1.1.1. Atribuição de um Voto de Louvor à atleta da "Lousada Séc.XXI" Joana Carina Silva, pela conquista das medalhas de prata (50 e 100 metros de costas), e bronze (200 metros de costas), obtidas no Campeonato Nacional Juvenis e Juniores;-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição proposta.-----

1.1.2. Atribuição de um Voto de Louvor à equipa sénior masculina de futsal do GACER pela conquista do título de campeões distritais da 2.ª divisão em futsal, época 2015/2016, garantindo a subida à 1.ª divisão distrital;-----
Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição proposta.-----

1.1.3. Atribuição de um Voto de Louvor ao atleta lousadense Dinis Ferreira pelo título de Campeão Nacional, na categoria de jóqueis no Campeonato Nacional da Liga Portuguesa de Criadores e Proprietários de Cavalos de Corrida;-----
Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição proposta.-----

1.1.4. Atribuição de um Voto de Louvor ao atleta lousadense Carlos Ribeiro pela medalha de ouro conquistada na Rumble Fight - categoria - 55 kg obtida VI World All Styles Championship.-----
Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição proposta.-----

1.1.5. Atribuição de um Voto de Louvor ao atleta lousadense Nuno Ribeiro pela medalha de ouro conquistada Rumble Fight - categoria - 28 kg e medalha de prata conquistada na Mixed Martial Arts - categoria -28 kg obtida VI World All Styles Championship.-----
Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição proposta.-----

2. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.1. Resumo diário de tesouraria - A Câmara tomou conhecimento do resumo diário de tesouraria referente ao dia quinze de abril em curso que totaliza um saldo de um milhão quinhentos e treze mil quinhentos e onze euros e cinquenta e dois cêntimos. -----

2.2. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2015. -----
Deliberou o Órgão Executivo, por maioria, aprovar o inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e documentos de prestação de contas do ano transato, e submetê-los a apreciação e

votação do Órgão Deliberativo, nos termos do disposto na alínea i) do número um do artigo trinta e três e alínea l) do número dois do artigo número vinte e cinco, ambos da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, bem como o número um do artigo setenta e seis da Lei n.º setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais).

Abstiveram-se os senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva. ----

O Sr. Vereador dr. Agostinho Gaspar colocou as seguintes questões:-----

"Relativamente à prestação de contas para nós era importante que o sr. Presidente nos desse um breve esclarecimento sobre o que projetou para o ano de 2015 e na sua execução o que é que correu bem e o que correu mal. -----

Analisei algumas das rubricas e montantes que fizemos na previsão em Plano e Orçamento. Normalmente o relatório de gestão faz a comparação em relação ao ano anterior da execução mas, em termos políticos, é importante fazer uma comparação em relação àquilo que nós previmos no plano e orçamento.-----

Relativamente à receita do IMI, o sr. Presidente de Câmara referiu numa das reuniões que no relatório de contas iríamos ver porque gostaríamos de ir mais longe mas provavelmente vamos ter uma receita menor do que aquela que estamos a prever porque as coisas não estão fáceis..." Em termos de execução a coisa ficou ela por ela, é importante felicitar os serviços que fizeram esta previsão."-----

O Sr. Presidente referiu:-----

"A previsão obedece a critérios objetivos, tem que ver com a média da receita dos últimos 24 meses. Mesmo que tivéssemos a certeza que a receita iria ser superior não a poderíamos prever porque faz parte das regras orçamentais."-----

O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar acrescentou:-----

"Quando me refiro à questão da receita na execução deste imposto, refiro-me à opção política sobre a possibilidade legal que temos de poder apoiar mais ou menos as famílias, sobretudo aquelas famílias que têm mais ou menos filhos, é uma análise importante para percebermos até onde podemos ir. -----

Independentemente da execução, nós tínhamos uma previsão que a execução, porventura, até poderia ser superior e o sr. Presidente tinha uma visão mais pessimista, porventura, pelos dados que tinha que poderia ser menor. Pelos dados constatamos que a situação ficou equilibrada, nós fizemos uma orçamentação de 9 865 336,15€ e foi executado 9 681 269,74€, a coisa está ela por ela, isto significa que futuramente podem tomar posições políticas em relação à receita do IMI.-----

Em relação ao executado há uma diminuição na rubrica da área social, espero que seja por menor necessidade de apoio social, estavam previstos cerca de 600 088,00€ e o que foi executado foi 417 254,85€.-----

Basta ler o relatório de gestão para sabermos que para além de cumprir a Lei, que o grau de execução de Capital é elevado, até porque tivemos obras, como os Centros Escolares, que tínhamos de executar em tempo restrito e a execução tinha que ser elevada. -----

Para mim é importante perceber, em relação àquilo que nós projetamos e àquilo que nós executamos, onde está a diferença.-----

Nas aquisições de capital vejo uma diferença abismal no domínio público ou isto foi projetado ad hoc, ou não compreendo, na rubrica bens do domínio Público, projetamos 3 603 933,75€, na prática executamos 1 333 000,00€, estamos a falar de bens de capital, bens do domínio do investimento há uma diminuição em termos daquilo que foi projetado de 2 264 478,46€, esta rubrica diminui significativamente, porque será ?-----

Nas despesas de capital, na execução dos centros escolares há um diferencial significativo em relação ao valor de comparticipação que prevíamos gastar em comparação com o que gastamos.”-----

O Sr. Presidente esclareceu:-----

“Em relação aos centros escolares, tivemos a possibilidade de poder incluir na candidatura os terrenos como contributo em espécie, mas ainda não recebemos esses valores. Ainda há dias fui à CCDRN por esse motivo.”-----

O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar prosseguiu:-----

“Nas receitas de capital tínhamos uma previsão de receita de estado, participações comunitárias e projetos co-financiados de 10 milhões 774 mil euros 183 euros e 49 Cêntimos e executamos 7milhões 988 mil 334 euros e 37 cêntimos, não foi necessário o valor total ou se nos devem esse valor, no entanto na dívida a terceiros o valor diminuiu, ainda que muito moderadamente.-----

Nas receitas correntes, no reembolso do IVA e diversos, projetamos 455 mil euros e acabamos por executar apenas 91 mil euros, qual a origem desta diferença?”-----

O Sr. Presidente esclareceu que:-----

“Refere-se ao reembolso do IVA da água.”-----

O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar acrescentou:-----

“Há algumas questões que me parecem, por um lado positivas mas que têm influência direta no resultado líquido que é a questão dos devedores. Diminuiu, de forma significativa, a dívida de terceiros em relação à Câmara, provavelmente teve que ver com algumas obras pagas pelo estado, nomeadamente candidaturas.-----

Em relação às previsões para riscos e encargos houve uma discrepância muito grande, é uma questão que é abordada no relatório de gestão, nós tínhamos um saldo inicial de 1 milhão 310 mil e houve uma redução de 993 mil, passou a 316 290 mil, é uma rubrica de precaução.-----

Em relação aos rácios as despesas de pessoal com as despesas correntes é insignificante, 1% nem considero subida, agora há uma questão que é importante porque o relatório refere o seguinte " O peso das despesas com pessoal nas despesas correntes manteve-se em relação ao ano anterior apesar do início da reposição salarial", mas importa realçar que a reposição salarial foi ainda no Ano de 2015 Mínima o que significa que o peso das despesas com o pessoal nas despesas correntes vai aumentar em 2016 de forma significativa.-----

Naturalmente que a despesa de capital tem que disparar porque esses valores referem-se aos centros escolares, o próprio relatório de gestão o refere.-----

Podíamos analisar os rácios de rentabilidade que estão intrinsecamente ligados ao resultado líquido, há melhoria em alguns casos.-----

Em termos de capacidade de endividamento a Câmara tem uma boa capacidade, mantem-se nos 60%, é uma boa capacidade de endividamento mas tem uma dívida total de 12 milhões e 684 mil euros, também é normal dever dinheiro não pode é ignorar a existência deste passivo e anunciar que tudo corre como se não existissem dívidas.-----

Por último, esta chamada de atenção é recorrente e como temos dito que esta é a execução das vossas contas da vossa previsão de plano e orçamento, se nós tivéssemos votado favoravelmente o plano e orçamento estaríamos a votar favoravelmente a execução das contas, em relação ao plano e orçamento votamos contra e em relação às contas abtemo-nos. -- Há uma questão que importa deixar claro que a persistir poderei votar contra o Relatório e Contas no próximo ano que é a questão do centro de custos das obras por administração direta, que é recorrente, já vamos quase no final do mandato e continuamos, ano após ano, a falar na mesma questão que já falamos no mandato anterior. -----

Nós optamos por uma política de administração direta porque achamos que é mais barata, é mais rápida porque tem uma resposta mais imediata, mas temos de aferir isto, porque andamos a dizer que é mais barata mas não sabemos. Recorrentemente o ROC dá ênfase a isto, não sei se é fácil fazer isto e isto só se implementa no início de cada obra. Esta falta de centro de custos de obra pode alterar e adulterar todo o relatório e contas aqui apresentado, é inadmissível que assim continue, aliás em boa verdade com a falta de centro de custos estamos a aprovar um documento que pode estar completamente errado.-----

O Sr. Presidente referiu:-----

"Apesar de ainda não se ter terminado a implementação da contabilidade custos, temos implementada uma metodologia que nos permite saber quanto é que custa cada uma as obras executadas por administração direta, havendo um dossier de obra como se de uma empreitada se tratasse."-----

A Drª. Cristina Oliveira esclareceu:-----

"Há uma nota de lançamento na prestação de contas em que a mão-de-obra por administração direta que é utilizada nas obras é-nos fornecida para orientar o imobilizado em curso. Todas as horas dos trabalhadores em obras por administração direta estão desagregadas, o respetivo departamento faz um mapa por obra."-----

O Sr. Presidente adiu:-----

"Na reunião em que esteve presente o Dr. Carlos Nunes já falamos que estamos a fazer grandes alterações do ponto de vista procedimental e das aplicações informáticas e o meu receio é que se queira fazer tudo ao mesmo tempo e depois não se consigam os resultados desejados. Temos dado passos seguros no sentido daquilo que pretendemos, conforme já disse nessa reunião. Estamos a trabalhar no Urbanismo, numa área que é essencial para se conseguir dar respostas mais céleres e facilitar a vida às pessoas, porque vai ser possível consultar e entregar os processos online. A informatização dos armazéns está a ser implementada, as requisições internas já estão a ser elaboradas, uma vez que é a base da contabilidade de custos."-----

A Dr^a. Cristina Oliveira esclareceu:-----

"Relativamente à rubrica 0703 dos bens do domínio público a previsão refere-se à iluminação pública, ao concurso de fornecimento de LED's que foi cabimentado em 2015 e não foi executado porque está ainda a decorrer."-----

O Sr. Vereador Dr. Gaspar aditou:-----

"Nos proveitos extraordinários quase duplicamos os valores."-----

A Dr^a. Cristina Oliveira acrescentou:-----

"Teve que ver com algumas obras, especialmente do parque urbano porque há uma parte considerável que passou de subsídio para investimento para proveitos próprios, atendendo a que a obra já está terminada, como a maior parte do investimento não é sujeito a amortização porque é um espaço verde, aumentaram os proveitos extraordinários."-----

Na área Social há algumas faturas que transitaram para o ano de 2016."---

O sr Dr. Agostinho Gaspar questionou:-----

"Na rubrica de aquisição de bens e serviços, em termos do orçamentado e do executado há uma diferença de 1 milhão e 42 mil euros."-----

A Dr^a. Cristina Oliveira mencionou:-----

"Uma parte refere-se à dívida transitada que rondará os 500 mil."-----

A Dívida de terceiros baixou, porque recebemos algumas verbas do estado, no entanto tivemos que pagar todas as obras que terminaram a 30

de junho e que tiveram de ser pagas por exigência do QREN e ainda temos 600 mil euros para receber do overbooking.”-----

O sr. Vereador Dr. Leonel Vieira fez a seguinte intervenção:-----

“Eu queria fazer alguns comentários e ao mesmo tempo vou colocando algumas questões que podem ser respondidas por quem entender.-----

Na rubrica - Relação das participações, na empresa RIMA – resíduos e meio ambiente, SA, é-nos apresentado um resultado líquido negativo no valor de 27.843,89 € porquê? A que se deve este resultado negativo?-----

Na rubrica contas de ordem, depósitos obrigatórios na Caixa Geral de Depósitos, 377.909,40 € a favor de Maria Pilar Coutinho. Presumo que estamos a falar da proprietária dos terrenos onde foi construída a zona industrial de Lustosa. Aquela proprietária ainda não recebeu o valor da expropriação? Porquê? Já agora qual é o ponto da situação?-----

Dívidas a terceiros, 81.000,00 € a Maria Teresa Queirós de Castro Feijó. A que se refere este montante tão elevado?-----

FDO – Construções, SA, 34.570,47 €. A que obra se refere? E desde quando é devido este montante? Porquê? -----

94.659,77 € Humberto Poças, SA. Isto refere-se a obras ou materiais? Porquê tão elevado o valor em dívida? -----

Às Juntas de Freguesia, no final de 2015 a Câmara Municipal devia mais de 13.000,00€. -----

No final do mesmo ano, o Município tinha um débito de mais de 70.000,00 € às Associações Culturais, Recreativas, Desportivas e de Solidariedade do concelho de Lousada. É um valor exagerado. É vergonhoso, para não dizer escandaloso. Este Executivo Socialista é rápido a prometer, é ainda mais rápido a anunciar e a propagandear a aprovação dos subsídios, mas paga tarde, muito tarde. Não é a melhor forma de ajudar e colaborar com os dirigentes associativos e com as respetivas instituições. Muitas vezes o subsídio chega às Associações e já os dirigentes que o solicitaram deixaram de o ser há muito tempo. Efetivamente as instituições não podem contar com a ajuda financeira do Município para organizar o seu plano de atividades pois não sabem se vão ser contemplados com qualquer ajuda financeira e quando a ajuda financeira é aprovada por este executivo, os agentes associativos nunca sabem quando vão receber o dinheiro, ou seja, o Município de Lousada não é um parceiro confiável.-----

Outra rubrica, bens imóveis que não foi possível proceder ao registo na Conservatória do Registo Predial. Este é um processo que se arrasta há demasiados anos. Não se percebe porque há ainda tantos imóveis por registar na conservatória, imóveis pertencentes ao Município. Mais incompreensível é o facto de alguns deles nem sequer estarem inscritos na matriz. Exemplos de imóveis que não estão inscritos na matriz, ou seja, que não têm artigos:-----

- Várias parcelas de terreno no Complexo Desportivo, escola EB 1 JI de Caíde de Rei, Centro Escolar de Barrosas Santo Estevão, Escola Básica 2/3

de Nogueira. Estranho também o facto de muitos imóveis adquiridos nos últimos anos ainda não estarem na Conservatória do Registo Predial a favor do Município de Lousada, exemplos: Artigo rústico nº. 7 – Parque Natural da Torre de Vilar, terrenos de acesso à Escola e Pavilhão de Barrosas Santo Estevão, dois terrenos no Complexo Desportivo, artigo rústico nº 14 – parcela de terreno no Complexo Desportivo, art. 660 – parcela de terreno no Complexo Desportivo, rústico 251 – Parque Rural da Torre de Vilar; dois lotes no loteamento da Boavista em Silvaes, art. Urbano 399 que corresponde a um lote no loteamento da Quinta dos Ingleses em Vilar do Torno e Alentém e mais um lote que é o lote 24 do artº. 493 do loteamento nº 10/77 em Soutelo - Vilar do Torno e Alentém. Há ainda o artigo urbano 3197 que é um terreno onde está o Edifício dos serviços técnicos, que eu saiba não corresponde a nenhum terreno pois a área está toda ocupada pelo edifício.”-----

Relativamente ao registo dos bens imóveis a Srª. Diretora de Departamento Drª. Isabel Coelho esclareceu:-----

“A formalização das aquisições pelo Município com várias décadas, não são fáceis de resolver, muitas só pela via da figura jurídica do usucapião porque os imóveis foram doados sem documentos.”-----

Relativamente aos imóveis do domínio público os mesmos não estão sujeitos a registo, assim como as cedências efetuadas no âmbito dos processos de loteamento, desde que as mesas sejam para integrar o domínio público.”-----

As únicas cedências que poderão ser registadas são os imóveis que integram o domínio privado do Município.”-----

No que concerne à RIMA o Sr. Presidente referiu:-----

“Relativamente à relação das participações sociais, como sabem a nossa participação social na RIMA é irrisória, de 0,8%. A empresa é livre de fazer a sua gestão e é possível que tenha havido investimentos que determinaram os resultados negativos.”-----

O Sr. Dr. Agostinho Gaspar continuou:-----

“Nós tínhamos orçamentado 10 milhões 774mil para projetos co-financiados e na execução temos 7 milhões 988 mil achei uma diferença muito grande.”-----

A Drª Cristina Oliveira:-----

“Uma parte é a dívida que ainda não está executada, quando foi elaborado o orçamentado devia haver valores em dívida que, entretanto entre Outubro e Dezembro, foram recebidos.”-----

O Sr. Presidente finalizou:-----

“Relativamente aos 307.000,00€ que estão depositados na Caixa a favor de Maria Pilar Coutinho o valor é referente à expropriação do loteamento

industrial de Lustosa. O processo andou de recurso em recurso, no entanto já chegou ao fim, mas ainda não levantaram o depósito.-----

Nós ganhamos a ação, este é o valor indemnizatório, nós fizemos o depósito em função, desde logo, do relatório inicial de avaliação, depois tivemos que fazer um segundo depósito em função da avaliação que foi feita pela peritagem, a Lei determina que se faça o depósito à ordem da pessoa. A senhora reagiu muito mal à expropriação, provavelmente ainda não levantou o depósito porque não quis.-----

A dívida de Maria Teresa Queirós de Castro Feijó tem que ver com o pagamento da Mata de Vilar, no âmbito da compra e venda cujo preço está a ser pago em prestações.-----

O assunto da FDO tem que ver com um imbróglio jurídico. É uma fatura que ficou por liquidar, uma vez que entramos num processo litigioso por defeitos de obra. Entretanto, a Câmara acionou as garantias bancárias e posteriormente a empresa entrou em insolvência e ninguém reclamou o pagamento da fatura. Vamos ver como podemos resolver a situação.-----

A dívida a Humberto Poças é referente a fornecimento de material de água e saneamento quer obras de administração direta quer para reparações. -----

A dívida de 13.000,00€ às Juntas de Freguesia refere-se, provavelmente, ao facto de na última tranche de dezembro algumas juntas não terem as certidões válidas de não dívida à Segurança Social e às Finanças.-----

No entanto, as Juntas de Freguesia não têm razões de queixa em relação a pagamentos. Aliás, neste mandato temos cumprido religiosamente com os pagamentos, no que respeita aos protocolos de obras e melhoramentos, conforme nos comprometemos.-----

Relativamente à questão dos subsídios às Associações, eu rejeito por completo as considerações que fez, porque se nós não tivéssemos essa preocupação com o dia-a-dia das associações não afetávamos verbas tão significativas no orçamento para as associações. Agora, naturalmente, que a nossa gestão financeira não é fácil. A Dr^a Cristina já aqui referiu o esforço que foi necessário fazer para fazer face ao último quadro comunitário. Tivemos que adiantar dinheiro e neste momento ainda temos cerca de 600 mil euros para receber e isto cria uma dificuldade muito grande no nosso dia-a-dia, em termos de disponibilidade de tesouraria. Nem sempre é possível pagarmos com a urgência que gostaríamos. Foi o que aconteceu com as Associações. As Associações sabem perfeitamente com o que é que podem contar porque contactam connosco permanentemente e sabem que nós não temos diminuído o valor dos apoios que temos vindo a dar nos últimos anos e é nossa intenção mantê-los, nunca reduzir. Aliás, fomos mais além neste mandato com o apoio em

cerca de 60 mil euros para os exames médicos e seguros desportivos. Não percebo e rejeito essa crítica, porque essa preocupação está bem patente no nosso orçamento e nesta prestação de contas. Naturalmente que gostaria de ter passado o ano sem esta dívida a transitar para 2016 mas foram essas contingências que assim o determinaram.-----
No que se refere aos registos prediais, de facto, temos de resolver o problema e sugiro à Dr^a. Isabel que defina esse objetivo para o Departamento para que isto fique resolvido de uma vez por todas.”-----

Relativamente à abertura dos concursos abaixo indicados o Sr. Vereador Dr. Leonel Vieira referiu o seguinte: -----

“Abstemo-nos no ponto 2.3 e votamos contra nos pontos 2.4 e 2.5, relativamente a estes concursos quero apenas relembrar o que disse na reunião de Câmara de 14 de agosto de 2014.”-----

2.3. Proposta de abertura de concurso interno de ingresso para ocupação de um posto de trabalho para a categoria de Especialista de Informática - estagiário da carreira de informática (não revista) e de dois postos de trabalho para a categoria de técnico de informática- estagiário da carreira de informática (não revista) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por maioria, aprovar a abertura do concurso em destaque.-----

Abstiveram-se os senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

2.4. Proposta de abertura de procedimento concursal para ocupação de três postos de trabalho para a categoria de técnico superior da carreira geral de técnico superior na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:-----

- 2 técnicos superiores (sociologia)-----

- 1 técnico superior administração autárquica-----

Deliberou o Órgão Executivo, por maioria, aprovar a abertura do concurso em destaque.-----

Votaram contra os senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

2.5. Proposta de abertura de procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho para a categoria de técnico superior - tecnologias de

comunicação e multimédia, da carreira geral de técnico superior na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por maioria, aprovar a abertura do concurso em destaque. -----

Votaram contra os senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

O Sr. Presidente referiu:-----

"Nós votamos favoravelmente a abertura dos três concursos."-----

A Sr. Vereadora Dr. Cândida Novais questionou o seguinte:-----

"Podemos ter acesso atempadamente aos métodos de seleção?"-----

O sr. Presidente respondeu:-----

"Claro que sim."-----

A Sr. Vereadora Dr. Cândida Novais acrescentou:-----

"A questão que coloco é o parâmetro e o critério exclusivo de um concurso onde a exigência académica seja exclusivamente sociologia, porque, provavelmente, existem quadros que a Autarquia e Ação Social precisa, no sentido de uma intervenção profissional e qualificada junto das famílias, a que podem aceder candidatos com formação em outras áreas como psicologia, educação social, educação, etc. E, claro que insistindo na Sociologia como critério único, só vem alimentar uma questão que pode ser uma não questão! Vão concorrer muitos sociólogos, por certo. Eu pretendia conhecer os critérios que vão ser tidos em conta, na seriação e entrevista para ponderação da pontuação final, porque se desses critérios fizer parte o de ter trabalhado na administração pública e na Câmara Municipal de Lousada nós já sabemos o que é que vai acontecer."-----

O Sr. Presidente esclareceu:

"A experiência profissional é um dos parâmetros utilizados em todos os concursos de pessoal."-----

A Sr. Vereadora Dr. Cândida Novais prosseguiu:-----

*"Aproveito para dizer que era muito pertinente que a Autarquia pensasse em ter nutricionistas a colaborar com as escolas e as famílias e com a área social, tal como a geologia, começa a ser uma exigência.-----
Em relação à Administração Autárquica acho que é sempre importante ter quadros nessa área, como especialização para áreas de maior necessidade. Neste momento não me parece que haja necessidade para essa contratação, mas vocês é que sabem!"*-----

O Sr. Presidente finalizou: -----

"Face ao exposto nas propostas apresentadas, só quem não conhece a realidade dos municípios e, em particular, a nossa realidade, é que pode dizer que estes postos de trabalho não são necessários. Para nós o combate à pobreza e à exclusão e a promoção do desenvolvimento social e a

empregabilidade são objetivos prioritários. E sem ovos não se fazem omeletes.-----

Para assegurar a prossecução dessas prioridades, é imprescindível a contratação de dois técnicos superiores da área da sociologia e um técnico superior da área da administração autárquica. O Município não dispõe no seu quadro de pessoal de funcionários que reúnam essas qualificações. Aliás, o Município abriu um concurso interno, destinado a pessoas com vínculo à função pública, mas o mesmo ficou deserto.-----

Resta, assim, esta possibilidade de abrir um concurso externo, destinado a pessoas sem vínculo para satisfazer estas necessidades.-----

Queríamos que os júris dos concursos de pessoal integrassem um vereador da Coligação Lousada Viva. Os serviços municipais tiveram dúvidas quanto à legalidade dessa possibilidade, mas insistimos nesse desiderato e solicitamos parecer jurídico à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. Mas, infelizmente, a CCCD-N veio confirmar que a lei não permite que os eleitos da Câmara Municipal integrem o júri dos procedimentos concursais, ainda que sejam da oposição.-----

Contudo, lanço o desafio à Coligação Lousada Viva para indicar um elemento para integrar os júris dos concursos de pessoal que seja trabalhador nesta entidade ou noutro órgão ou serviço e que, preferencialmente, tenha formação ou experiência nas atividades inerentes aos postos de trabalho que se pretendem ocupar.”-----

3. DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

3.1. Informação n.º 1823/16 - “Redução da tarifa de RSU” - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar nos art.os 22.º e 23.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) - Júlia Silva Sampaio - Sousela (utente n.º 14556).-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, indeferir o pedido nos termos da informação em destaque.-----

3.2. Informação n.º 1845/16 - “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção total do pagamento da tarifa de disponibilidade de água e saneamento por insuficiência económica - Carlos Alberto Gomes Ribeiro Pacheco (Consumidor n.º 16836).-----

Analísado o pedido em apreço, deliberou o Órgão Executivo por unanimidade dar-lhe deferimento.-----

3.3. Informação n.º 1826/16 - “Redução da tarifa de RSU” - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar nos art.os 22.º e 23.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR); “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de redução de 50% da tarifa de disponibilidade de água e saneamento por insuficiência económica – José Manuel Silveira Aires – Pias (utente n.º 783) consumidor n.º 10478).-----

Analísado o pedido em apreço deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-lo nos termos da informação.-----

3.4. Informação n.º 1849/16 - “Redução da tarifa de RSU” - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar nos art.os 22.º e 23.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR); “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de redução de 50% da tarifa de disponibilidade de água e saneamento por insuficiência económica – Maria da Conceição da Silva Babo – Aveleda (consumidor n.º 19396).-----

Analísado o pedido em apreço deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-lo nos termos da informação.-----

3.5. Informação n.º 1856/16 - “Redução da tarifa de RSU” - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar nos art.os 22.º e 23.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR); “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de redução de 50% da tarifa de disponibilidade de água e saneamento por insuficiência económica – Vitorino Freire Dias – Nevogilde (consumidor n.º 9370).-----

Analísado o pedido em apreço deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-lo nos termos da informação.-----

3.6. Informação n.º 1663/16 - “Redução da tarifa de RSU” - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar nos art.os 22.º e 23.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR); “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento” - Aprovação

da proposta para deferimento do pedido de isenção total da tarifa de disponibilidade de água e saneamento por insuficiência económica – Alzira Maria Gonçalves Guedes – Cernadelo (consumidor n.º 14361).-----

Analizado o pedido em apreço deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-lo nos termos da informação.-----

3.7. Informação n.º 1832/16 – “Redução da tarifa de RSU” - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar nos art.os 22.º e 23.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR); “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção total da tarifa de disponibilidade de água e saneamento por insuficiência económica – Fernando de Sousa Ferreira – Nevogilde (consumidor n.º 11339).-----

Analizado o pedido em apreço deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-lo nos termos da informação.-----

3.8. Informação n.º 1838/16 – “Redução da tarifa de RSU” - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar nos art.os 22.º e 23.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR); “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção total da tarifa de disponibilidade de água e saneamento por insuficiência económica – Vitorino Carneiro – Nevogilde (consumidor n.º 19921).-----

Analizado o pedido em apreço deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-lo nos termos da informação.-----

3.9. Informação n.º 1834/16 – “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção total da tarifa de disponibilidade de água e saneamento por insuficiência económica; “Redução da tarifa de RSU” - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar nos art.os 22.º e 23.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) – Adão António Magalhães Pinto – Pias (consumidor n.º 16173).-----

Analizado o pedido em apreço deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-lo nos termos da informação.-----

3.10. Informação n.º 1853/16 - “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção total da tarifa de disponibilidade de água e saneamento por insuficiência económica; “Redução da tarifa de RSU” - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar nos art.os 22.º e 23.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) - Manuel Fernando Alves Nunes - Nogueira (consumidor n.º 13858).-----

Analisado o pedido em apreço deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-lo nos termos da informação.-----

3.11. Informação n.º 1854/16 - “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção total da tarifa de disponibilidade de água e saneamento por insuficiência económica; “Redução da tarifa de RSU” - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar nos art.os 22.º e 23.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) - Joaquim Ribeiro de Sousa - Caíde de Rei (consumidor n.º 571).-----

Analisado o pedido em apreço deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-lo nos termos da informação.-----

3.12. Informação n.º 1855/16 - “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção total da tarifa de disponibilidade de água e saneamento por insuficiência económica; “Redução da tarifa de RSU” - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar nos art.os 22.º e 23.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) - António Manuel Pereira Alves - Cristelos (consumidor n.º 527).-----

Analisado o pedido em apreço deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-lo nos termos da informação.-----

3.13. Informação n.º 115/SCGC/16 - “Tarifário para famílias numerosas” - Aprovação da apresentação da declaração de IRS como documento comprovativo do domicílio fiscal do agregado familiar.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade aprovar o tarifário para famílias números nos termos propostos na informação 115/SCGC/16.-----

3.14. Informação n.º 1776/16 - “Clube Motard de Figueiras” - Aprovação da atribuição de apoio em material no valor de 381,30 €, para obras de construção do parque (continuação).-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço.-----

3.15. Informação n.º 2273/16 - “União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem” - Aprovação da atribuição de subsídio no valor de 22.500,00 €, para aquisição de terreno para ampliação do cemitério da Ordem.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço.-----

3.16. Informação n.º 2394/16 - “Fábrica da Igreja de Nogueira” - Aprovação da atribuição de subsídio no valor de 1.500,00 €, para obras de melhoramentos da sacristia e revestimento do muro de vedação.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço.-----

3.17. Informação n.º 2290/16 - “Beneficiação da EM 564-2” - Aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a Sra. Maria Emília e o Município de Lousada e respetivas contrapartidas.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo que por extensa se dá como reproduzida por apenso à pasta de apoio ao livro de atas.-----

3.18. Informação n.º 291/DMOA/16 - “Construção da rotunda de Soutelo e passeios - Vilar do Torno e Alentém” - Aprovação da minuta do contrato promessa de cedência de gratuita a celebrar com a Sra. Teresa Rita Pinto Franco Machado, o Sr. Nuno Miguel Moreira Franco Barbosa Machado e o Sr. Luís Augusto Moreira Franco Barbosa Machado e o Município de Lousada, e respetivas contrapartidas. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a minuta do contrato promessa de cedência gratuita que por extensa se dá como reproduzida por apenso à pasta de apoio ao livro de atas.-----

3.19. Informação n.º 212/DOMA/2016 - "Pavilhão Desportivo Polivalente - Execução de piso desportivo em madeira e arranjos exteriores" - Aprovação das multas por atraso na conclusão dos trabalhos. (Adjudicatário: Costa & Carreira, Lda).-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar o pagamento das multas contratuais. -----

O Sr. Vereador Dr. Leonel Vieira observou:-----

"Antes da nossa votação eu queria dizer o seguinte:-----

"A coima que estão a propor é de 9 407, 014€ qual é o critério? Normalmente esta obra é denominada como construção do Pavilhão Desportivo - Polivalente - Complexo Desportivo de Lousada e agora é apresentada como Construção do Pavilhão Desportivo - Polivalente - Execução do Piso Desportivo em Madeira e Arranjos Exteriores. Gostava que na próxima reunião me esclarecessem esta situação."-----

A Câmara notificou o empreiteiro, aplicou-lhe a multa e ele contestou, devo dizer que a contestação não faz qualquer sentido, a argumentação usada na contestação é para pequenas obras e alguns percalços ocorridos para além do prazo que ele tinha para concluir a obra."-----

Sr. Presidente esclareceu o seguinte:-----

"Eu já vos disse uma vez que o prazo de execução da obra não foi um critério que tivesse influenciado a decisão quando fizemos a adjudicação. A obra foi adjudicada única e exclusivamente pelo preço mais baixo.

Foi a questão do preço que afastou outros empreiteiros de assumir a obra quando a Famaconcret acabou por revelar que não teria condições para a fazer. Alguns empreiteiros falaram comigo sobre este assunto e deram-me nota de que não estavam interessados na cessão da posição contratual devido ao preço ser muito baixo. -----

Uma vez que o prazo de execução da obra não influenciou a adjudicação e dado que a obra foi bem concluída e o atraso não causou qualquer prejuízo à Câmara, não me repugnava que se reduzisse o valor da multa."-----

O sr. Vereador dr. Agostinho Gaspar aditou:-----

"Quando se aceitou a substituição do empreiteiro houve dois critérios importantes, primeiro foi assegurar o valor de quem ganhou e, segundo nós, tínhamos um timing apertado por força das circunstâncias, uma delas era a candidatura para se fazer naquele período de tempo e ele concordou. Apesar disso, houve a concessão de mais tempo, também é importante perceber que o mesmo empreiteiro, em circunstâncias parecidas, não perdoou um tostão à Câmara."-----

O sr. Presidente acrescentou:-----

"Não é verdade. Um dos motivos da audiência que pedi ao Senhor Secretário de Estado da Educação tem que ver com a construção da EBS de Nogueira, mais propriamente com o pagamento de juros que o atraso dos pagamentos determinou."-----

Quando assumimos a incumbência de tratar do concurso público da empreitada foi no pressuposto de que a Câmara não ia ter custos com isso. Íamos servir apenas de instrumento para pôr em prática aquele objetivo. No processo que o empreiteiro intentou contra a Câmara foi solicitado o pagamento de cerca de 100 mil euros, a título de juros de mora. No acordo que fizemos, o empreiteiro reduziu esse valor para 80 mil euros. O que o empreiteiro disse, e é verdade, é que a determinada altura comunicou ao anterior Presidente da Câmara a possibilidade de ter que suspender a execução da obra, porque não tinha condições para continuar, uma vez que tinha já cerca de dois milhões de euros investidos e não tinha recebido um tostão. Houve atrasos por parte dos fundos comunitários na Comissão de Coordenação e da parte da componente nacional que era assegurada através do Ministério de Educação. Entretanto não chegou a suspender a obra no pressuposto de que seria ressarcido dos juros de mora, pelo menos dos custos financeiros que teve. Estas operações têm custos significativos para as empresas. O empreiteiro abdicou de exigir os juros comerciais, solicitados no processo judicial, para ser ressarcido apenas dos custos reais que a empresa teve com a operação de crédito. Isso parece-me justo.

O Município para estancar o problema e para o resolver, de uma vez por todas, fez um acordo, mas agora quer ser ressarcido pelo Ministério da Educação. É a Câmara quem tem que pagar os juros ao empreiteiro, porque foi com esta que o mesmo estabeleceu a relação contratual. Achei por isso que era importante estancar o problema e reduzir o valor que estava a ser solicitado a título de juros. Depois teremos que discutir isto com quem nos atirou para este problema, ou seja, com o Ministério da Educação.”-----

O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar disse:-----

“Por muito que seja justo o que a empresa está a pedir também é justo aquilo que estamos a pedir.”-----

O Sr. Vereador Dr. Leonel fez a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos a favor do pagamento da multa com a seguinte declaração de voto:-----

“Ficou hoje ainda mais evidente que o sr. Presidente nunca quis aplicar qualquer sanção pelo incumprimento do contrato e só o está a fazer porque nós Vereadores Eleitos pela Coligação Lousada Viva manifestamos e denunciámos publicamente várias irregularidades. O valor que hoje aqui foi proposto e aprovado é irrisório, beneficiando claramente o infractor, nada nos move contra o empreiteiro, entendemos apenas que foi beneficiado relativamente a todos os outros que não aceitaram as condições do caderno de encargos, pois entendiam não terem tempo suficiente para construir o edifício dentro do prazo estipulado. Por outro lado, também entendemos que o empreiteiro Costa & Carreira não tem moral para exigir que lhe seja retirada a coima pois o mesmo empreiteiro quando construiu a Escola EB2.3S de Nogueira não teve qualquer problema em exigir à Câmara Municipal de Lousada o pagamento de juros pelo atraso no pagamento da obra. -----

Nesse processo relativo ao pagamento dos juros que correu os seus termos no Tribunal Judicial de Lousada a Câmara Municipal está obrigada a indemnizar a firma Costa & Carreira no valor de mais de 80 mil euros, o que vai fazer? Registamos que o Município fez pelo menos um ajuste direto ao mesmo empreiteiro para obras extraordinárias no mesmo pavilhão desportivo polivalente. "-----

O Sr. Presidente declarou o seguinte:-----

"O valor resulta das formalidades e critérios que a Lei prevê. Este empreiteiro Costa & Carreira não surgiu neste processo por iniciativa da Câmara. No primeiro momento, concorreu como todos os outros e apresentou o seu preço e foi preterido. Apareceu num segundo momento quando a Famaconcret chegou à conclusão de que não tinha condições para levar a cabo a obra e fez um acordo com a Costa & Carreira e vieram propor à Câmara a cessão da posição contratual e nós aceitamos. Não foi a Câmara que escolheu a Costa & Carreira para fazer a obra. A cessão da posição contratual foi da inteira responsabilidade da Costa & Carreira e da Famaconcret, houve essa disponibilidade e nós aceitamos. É completamente errado dizer que houve benefício ou prejuízo de um ou outro empreiteiro. Isso não corresponde à realidade porque não foi sequer a Câmara que escolheu, numa segunda fase, quem iria fazer a obra. É justo também dizer que a questão dos juros de mora da Escola de Nogueira é um direito que assiste ao empreiteiro. Nós apenas fomos para Tribunal porque, apesar de juridicamente sermos responsáveis perante o empreiteiro porque somos ou fomos o dono da obra, achamos que não deveríamos pagar sem fazer intervir no processo o Ministério da Educação e a Comissão de Coordenação. Nós fomos apenas um instrumento para levar a cabo a obra, fomos uma espécie de barriga de aluguer, uma vez que a ideia era que a obra fosse financiada pelos fundos comunitários e a componente nacional era assegurada pelo Ministério da Educação. Houve atrasos incompreensíveis no financiamento da obra e a Câmara deparou-se com o perigo de a mesma parar por falta de condições de financiamento, porque o empreiteiro teria cerca de dois milhões investidos e não tinha recebido um tostão. Compreendemos a posição do empreiteiro que nunca assumiu uma posição de força e sempre mostrou a disponibilidade de se conseguir uma solução. A solução que o empreiteiro encontrou foi financiar-se na banca e a obra não parou. É inegável que o empreiteiro tem direito a receber juros de mora. Pediu na ação judicial cerca de 100 mil euros, a título de juros comerciais, mas no acordo que estabelecemos reduziu esse valor para 80 mil euros, para que fosse ressarcido dos custos diretos que teve na banca com esta operação de financiamento. Acho que é inteiramente justo. Fizemos um acordo que passa por desistir da instância, mas acautelando sempre o direito de regresso sobre o Ministério da Educação e a Comissão de Coordenação. Ou conseguimos pela via negocial um acordo com o Ministério da Educação para fazer face ao pagamento deste valor, sendo ressarcidos destes 80 mil euros, ou então, se não o conseguirmos, vamos intentar uma segunda ação contra o Estado para exercer esse direito de regresso. Mas resolvemos, desde já, o problema com o empreiteiro que estava a avolumar-se à medida que o

tempo ia passando, porque os juros vencem-se automaticamente. Acho que a Câmara fez um excelente negócio, estancando o problema e reduzindo o valor da dívida. Resolveu o problema com o empreiteiro e, agora discute o assunto com quem tem que discutir que é a entidade que levou a Câmara para este problema.”-----

4. DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO

4.1. Informação n.º. 2142/2016 - Atualização do valor da renda em regime de arrendamento apoiado de dezanove arrendatários dos Empreendimentos de Habitação Social de Cernadelo, Lustosa e Meinedo.

Analizada a informação em destaque, que por extensa se dá como reproduzida por apenso à pasta de apoio ao livro de atas, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar as atualizações propostas.-----

4.2. Informação n.º. 2328/2016 – XII Olimpíadas da Europa:-----

- Aprovação das Normas de Participação;-----*
- Atribuição de prémios aos vencedores, no valor total de 448,91€;-----*
- Transferência de uma verba para a Escola Secundária de Lousada, no valor de 167,90 €, para colmatar as despesas tidas com o almoço dos jovens oriundos de outros concelhos.*

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a proposta nos termos apresentados. -----

5. DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, PATRIMÓNIO, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

5.1. Ação Social Escolar do ano letivo 2015/2016 – Isenção para o pagamento da componente de refeição para o ano letivo de 2015/2016.---

Depois de analisada a informação da Divisão de Ação Social n.º. 1821/16 Deliberou o órgão Executivo, por unanimidade isentar do pagamento da refeição escolas os alunos Samuel Ricardo da Silva Carvalho e Leonor da Silva Carvalho.-----

5.2. “Lousada Séc. XXI” – Conhecimento e apreciação do relatório apresentado pelo Conselho de Administração da “Lousada Séc. XXI” relativo à Execução Orçamental e Financeira de 2015.-----

Analísado o documento em destaque, que por extenso se dá como reproduzido por apenso à pasta de apoio ao livro de atas, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, apreciar e tomar conhecimento do documento em apreço e remete-lo a conhecimento do Órgão Deliberativo, nos termos da al e) do n.º 1 do art.º 42.º. Lei n.º. 69/2015, de 16 de julho. Abstiveram-se os senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

5.3. - “Lousada Séc. XXI” - Aprovação dos Instrumentos de Prestação de Contas relativos ao Exercício de 2015 bem como o parecer do Fiscal Único.

Analísados os documentos em destaque, que por extensos se dão como reproduzidos, por apenso à pasta de apoio ao livro de atas, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, aprová-los, bem como expressar um voto de confiança nos órgãos da administração e fiscalização da referida empresa municipal, nos termos e para efeitos do n.º 1 do art.º 455.º do Código das Sociedades Comerciais (ex vi, art.º 21.º da Lei n.º. 50/2012, de 31/08).-----
Não obstante o deliberado, a Câmara Municipal insta o Conselho de Administração para a necessidade de cumprimento dos objetivos e metas constantes do contrato-programa de 2016, bem como da necessidade de continuar a obter resultados anuais equilibrados.-----

Mais foi deliberado, remeter os documentos em apreço a conhecimento do Órgão Deliberativo, nos termos do n.º 1 do art.º 42.º. Da Lei n.º. 50/2012, de 31 de agosto, da redação que lhe foi dada pela Lei n.º. 69/2015, de 16 de julho.-----

Abstiveram-se os senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

5.4. Transferência da verba de água e saneamento – transferência de uma verba para os agrupamentos de escolas do concelho, destinada ao pagamento do consumo de água e saneamento dos estabelecimentos de ensino da rede pública (meses de jan. a mai. 2016), bem como possíveis acertos uma vez que os valores dos meses de março a maio estão por estimativa.-----

Analísada a proposta em apreço, deliberou o órgão Executivo, por unanimidade, transferir para os agrupamentos indicados a verbas que se lhes vê defronte:-----

- Agrupamento de Escolas Lousada Oeste – 5.800,47€;-----
- Agrupamento de Escolas Lousada Este – 4.708,77€;-----
- Agrupamento de Escolas Dr. Mário Fonseca – 7.560,62€ e -----
- Agrupamento de Escolas Lousada – 5.269,40€ .-----

5.5. Super Special Stage de Lousada / wrc Vodafone Rally de Portugal 2016 - aprovação da minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre a C.M.L., ACP e CAL. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo em apreço. -----

5.6. Associação Esperanças do Cabo F.C. - atribuição de subsídio no valor de €1.000,00. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar o proposto, destinado a apoiar as necessidades decorrentes da execução do plano anual de atividades. -----

5.7. Associação de Ciclismo do Porto - atribuição de subsídio no valor de €1.300,00 destinado a apoiar a realização da prova Taça Regional de Estradas ACPorto/1.º Circuito Município de Lousada. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar o proposto, destinado a apoiar a realização da prova denominada Taça Regional de Estradas Juniores, realizar no dia 01 de maio, entre as 14 e as 18 horas ----

5.8. Banda de Musica de Lousada - aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração Cultural. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo nos termos em que se encontra redigida. -----

E nada mais havendo a tratar, foi deliberado encerrar a reunião quando eram dezassete horas e vinte e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata e eu Isabel Maria Alves Coelho a redigi e assino. -----

Isabel Maria Alves Coelho
Isabel Maria Alves Coelho